

PROCESSO Nº: 49 / 2020

Processo: 49 / 2020

Data de entrada: 11 de Setembro de 2020

Autor: Chefe do Executivo

Ementa: VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 067/2019, de autoria do Vereador Ney Lopes Jr, que "dispõe sobre a prioridade no atendimento e/ou agendamento de exames para pessoas diagnosticadas com neoplasia (câncer)", conforme mensagem nº 70/2020.

Despacho Inicial:



_____ **NORMA JURIDICA** _____





PREFEITURA DO
NATAL

C. M. NATAL
PROCESSO Nº 49/2020
FOLHA Nº 028

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Palácio Pedro Angelino
Gabinete da Presidência
Recebido em, 11 / 09 / 2020
Hora: 09:30

ASS. MARIA DA
PRESIDÊNCIA
53947-2

MENSAGEM Nº. 070/2020

A Sua Excelência o Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Presidente da Câmara Municipal de Natal

Em 10 de setembro de 2020.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi **vetar parcialmente** o **Projeto de Lei n.º 067/2019**, de autoria do Vereador Ney Lopes Jr., aprovado na sessão plenária realizada no dia **11 de agosto de 2020** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **24 de agosto de 2020**, que "**Dispõe sobre a prioridade no atendimento e/ou agendamento de exames para pessoas diagnosticadas com neoplasia (câncer)**", na forma das **RAZÕES DE VETO PARCIAL** adiante explicitadas.

RAZÕES DE VETO PARCIAL

Da análise de seu teor, verifica-se que pretende o Poder Legislativo instituir prioridade no atendimento de paciente diagnosticados com neoplasia (câncer) nas Unidades de Saúde do Município de Natal (art. 1º), além de determinar prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após o encaminhamento médico, para o atendimento e/ou agendamento do exame (art. 2º), mediante a apresentação de laudo médico que comprove o diagnóstico de Neoplasia (art. 2º, parágrafo único).

Com efeito, não se vislumbra óbice de cunho jurídico no que diz respeito aos artigos 1º e 3º do Projeto de Lei em tela, especialmente os aspectos acerca da prioridade no atendimento para pacientes diagnosticados com neoplasia.

No caso específico da presente proposição normativa, é possível a sanção respectiva, vez que, dentre as diversas competências legislativas abrangidas pela esfera de atuação do Município, encontra-se o interesse na criação da prioridade em questão.



PREFEITURA DO NATAL

Noutro pòrtico, a despeito da louvável iniciativa de buscar um prazo temporal de 72 (setenta e duas) horas para a realização do atendimento e/ou agendamento das pessoas as quais trata o art. 1º da matéria legislativa, devido à impossibilidade funcional da questão, visto que os exames são realizados por prestadores de serviços, privados, que são contratualizados mediante número disponibilizado. Ademais, certos exames e consultas só são possíveis de serem realizados em dias úteis, o que impossibilita a imposição do prazo mencionado.

Desta forma, tal como posto, *caput* e o parágrafo único do art. 2º do referido Projeto de Lei não se mostra proporcional/razoável por estar em desconformidade com as possibilidades funcionais do Município, circunstância que impede o juízo positivo de constitucionalidade.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, **VETO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nº. 067/2019, especificamente *caput* e o parágrafo único do art. 2º.

Atenciosamente,


ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito



Câmara Municipal de Natal
A casa do povo. A sua casa.

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 49, 2020 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 22 de Setembro de 2020.



PRÉSIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☒ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, Idosos, Trabalho e Minorias
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Inovação.

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 24 de Setembro de 2020.



PROCURADOR
PROCURADORIA LEGISLATIVA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

PROCESSO	49/2020
INTERESSADO	Chefe do Executivo

CERTIDÃO

Este departamento legislativo certifica o recebimento da Mensagem nº 70/2020, do Chefe do Executivo, em 11 de setembro de 2020, que trata do **VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 67/2019**.

Cumprir trazer que o Ofício nº 1140/2020 - emitido pela Câmara Municipal de Natal e, adiante, recebido pelo Poder Executivo Municipal em 24/08/2020 - trata de remessa da Redação Final do PL nº 67/2019, aprovado em Plenário desta Casa Legislativa.

No que se refere ao prazo para apreciação pelo Prefeito, para vetar a matéria, estabelece a Lei Orgânica Municipal:

Art. 43 – *Omissis*.

§1º - Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no **prazo de quinze dias úteis**, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

Sendo assim, a interpretação devida do dispositivo acima transcrito faz saber que, a contar-se da ciência da matéria aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, o prazo para informar sua intenção de vetar é de 15 (quinze) dias úteis, estando suas razões, ato contínuo, inclusas no prazo subsequente de quarenta e oito horas.

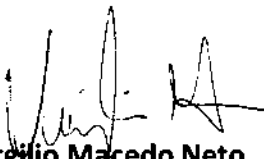
O veto em questão, acompanhado de suas razões, foi recebido por esta casa legislativa em 11 de setembro de 2020. Isto posto tem que o Chefe do Poder Executivo Municipal apresentou Veto Integral ao PL nº 67/2019, **dentro do prazo legal**, conforme detalhamento a seguir:

25/08/2020	terça-feira	01º dia útil da contagem
26/08/2020	quarta-feira	02º dia útil da contagem
27/08/2020	quinta-feira	03º dia útil da contagem
28/08/2020	sexta-feira	04º dia útil da contagem
29/08/2020	Sábado	Dia não útil
30/08/2020	Domingo	Dia não útil
31/08/2020	segunda-feira	05º dia útil da contagem
01/09/2020	terça-feira	06º dia útil da contagem
02/09/2020	quarta-feira	07º dia útil da contagem
03/09/2020	quinta-feira	08º dia útil da contagem
04/09/2020	sexta-feira	09º dia útil da contagem
05/09/2020	Sábado	Dia não útil
06/09/2020	Domingo	Dia não útil
07/09/2020	segunda-feira	Dia não útil (FERIADO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL)
08/09/2020	terça-feira	10º dia útil da contagem
09/09/2020	quarta-feira	11º dia útil da contagem
10/09/2020	quinta-feira	12º dia útil da contagem
11/09/2020	sexta-feira	13º dia útil da contagem (VETO RECEBIDO)
12/09/2020	Sábado	Dia não útil
13/09/2020	Domingo	Dia não útil
14/09/2020	segunda-feira	14º dia útil da contagem
15/09/2020	terça-feira	15º dia útil da contagem *Fim do prazo do Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestar.

Pelos motivos ora expostos, este Departamento Legislativo **CERTIFICA** a **tempestividade do veto** apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sem mais e, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos, é o que importa trazer.

Natal, 22 de setembro de 2020.


Virgílio Macedo Neto
Assessor Técnico Legislativo
Mat.: 5406692

RECEBIDO

Recebido em: 24/08/2020

Por: [assinatura]

C. M. NATAL
PROCESSO N° 49/2020
FOLHA N° 072



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

OFÍCIO N° 1140/2020-SL

Natal, 20 de agosto de 2020.

Excelentíssimo Senhor
DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS
Prefeito da Capital
Nesta.

Assunto: *Encaminhando Projeto de Lei n° 067/2019, de autoria do Vereador Ney Lopes Jr.*

Senhor Prefeito,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei n° 067/2019**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 11 de agosto de 2020, que *"Dispõe sobre a prioridade no atendimento e/ou agendamento de exames para pessoas diagnosticadas com neoplasia (câncer)."*

Respeitosamente,


VEREADOR PAULINHO FREIRE
PRESIDENTE



Lei Ordinária 7042/2020
Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal
10 de setembro de 2020
PREFEITO

LEI Nº 7042

Dispõe sobre a prioridade no atendimento e/ou agendamento de exames para pessoas diagnosticadas com Neoplasia (Câncer).

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL, no uso de suas atribuições;
Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL** aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a prioridade no atendimento de pacientes diagnosticados com Neoplasia (Câncer) nas Unidades de Saúde do Município do Natal.

Art. 2º O atendimento e/ou agendamento de exames de pacientes, diagnosticados com a doença citada no artigo antecedente, deverão ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o encaminhamento médico.

Parágrafo Único. Os pacientes, para obterem direito ao atendimento prioritário disciplinado nesta Lei, deverão apresentar laudo médico que comprove o diagnóstico de Neoplasia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Natal, 11 de agosto de 2020.

Paulinho Freire

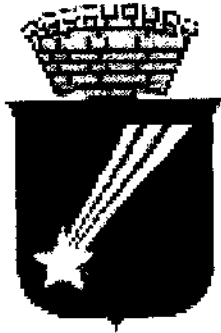
- Presidente

Felipe Alves

- Primeiro Secretário

Dickson Nasser Júnior

- Segundo Secretário



Diário Oficial do Município

Instituído pela Lei Nº. 5.294 de 11 de outubro de 2001

Alterada pela Lei Nº. 6.485 de 28 de agosto de 2014

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÁLVARO COSTA DIAS - PREFEITO

ANO XX - Nº. 4428 - NATAL/RN, QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2020

PODER EXECUTIVO

LEI N.º 7.074 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

Determina a afixação de placas de identificação em terrenos baldios existentes no Município de Natal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO NATAL,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os terrenos baldios, localizados no perímetro urbano do Município, deverão ser identificados com placa contendo o número da matrícula do imóvel.

§ 1º A afixação da placa de identificação será de responsabilidade do proprietário ou possuidor do imóvel.

§ 2º A placa a que se refere o caput deverá ser afixada no centro do imóvel, numa distância máxima de quatro metros do recuo/meio fio.

Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se terreno baldio, o imóvel que não possua benfeitorias ou, se as possuir, não estejam em condições estruturais de habitação.

Art. 3º O não cumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada por escrito, quando da primeira infração cometida.

§ 2º A penalidade de multa será aplicada em caso de reincidência da infração, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

§ 3º VETADO

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 14 de setembro de 2020.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

LEI N.º 7.075 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

Denomina de "ARENA CULTURAL ITAPETINGA", o logradouro público localizado na Avenida Itapetinga, vizinho ao campo de futebol, Bairro Potengi, Zona Norte de Natal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO NATAL,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "ARENA CULTURAL ITAPETINGA" o logradouro público localizado entre a Avenida Itapetinga, a Rua Ubaluba, a Rua Tarauca e a Rua Bragança, no Bairro Potengi, Zona Norte de Natal.

Art. 2º VETADO.

Art. 3º VETADO.

Art. 4º VETADO.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a executar obras de infraestrutura, no sentido de dotar ao logradouro criado nesta Lei, estrutura necessária para o seu funcionamento, com obras que atinjam a sua função, assim sendo, um espaço de lazer, cultura e entretenimento para os munícipes de Natal.

Art. 6º As despesas com esta Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, constante no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 14 de setembro de 2020.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

LEI N.º 7.072 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a prioridade no atendimento e/ou agendamento de exames para pessoas diagnosticadas com neoplasia (câncer).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO NATAL,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a prioridade no atendimento de pacientes diagnosticados com neoplasia (câncer) nas unidades de saúde do Município do Natal.

Art. 2º. VETADO.

Parágrafo Único. VETADO.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 10 de setembro de 2020.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

LEI N.º 7.054 DE 30 DE JULHO DE 2020

Institui o "Dia Municipal da Rendeira e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO NATAL,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Natal, o "Dia Municipal da Rendeira", a ser celebrado, anualmente, no dia 13 de abril.

Art. 2º O "Dia Municipal da Rendeira" passa a integrar o Calendário Oficial do Município de Natal.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 30 de julho de 2020.

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito

*Republicada por incorreção

DECRETO Nº 12.057, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

Abre a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, o crédito suplementar de R\$ 40.000,00 para o fim que especifica.

O Prefeito do Município de Natal, usando de autorização contida no art. 5º da Lei nº 6.994, de 26 de dezembro de 2019 tendo em vista o que consta do Processo nº 005396/2020-45, aprovado em Reunião do Conselho de Desenvolvimento Municipal de 10 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, o crédito suplementar de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para reforço de dotação orçamentária especificada no Adendo I, deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, anulação em igual valor de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento, de acordo com o item III, § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, discriminada no Adendo II, deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 15 de setembro de 2020.

Álvaro Costa Dias

Prefeito

Adamires França

Secretária Municipal de Administração

Adendo I (Incorporação)		Unidade Orçamentária : 28.101		
Código	Especificação	Natureza	Fonte	Valor
27.813.005.2-225	Apoio às Atividades do Programa Esporte e Lazer na Cidade - PELC			40.000,00
		3.3.50.41	10010000	40.000,00
SUBTOTAL				40.000,00

Adendo II (Redução)		Unidade Orçamentária : 28.101		
Código	Especificação	Natureza	Fonte	Valor
27.812.005.2-204	Implementação do Calendário Esportivo			40.000,00
		3.3.90.39	10010000	40.000,00
TOTAL				40.000,00

PORTARIA Nº 1912/2020-A.P. DE 14 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Artigo 55, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Natal e processo nº 14724/2020-02, Considerando o Termo de ajustamento de Gestão (TAG) nº 002/2017 celebrado entre o Ministério Público de Contas do estado do Rio Grande do Norte e a Prefeitura Municipal do Natal, em 19 de julho de 2017:

Considerando o disposto nas cláusulas 1, 2 e 3 do referido Termo;

Considerando que a referida Gratificação, prevista em Lei, é de caráter continuado, e que já ocorre antes da despesa com pessoal atingir o Limite Prudencial, portanto, não implicando em aumento de despesas com pessoal,

RESOLVE:

1º Atribuir, aos servidores ocupante do cargo de Agente de Mobilidade Urbana, abaixo relacionados, Gratificação de Adicional de Condutor de Viatura, símbolo - ACV, referente ao mês de agosto/2020, conforme artigo 16, incisos I e III, da Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial do Município de 11 de dezembro de 2013.

1º Atribuir, aos servidores ocupante do cargo de Agente de Mobilidade Urbana, abaixo relacionados, Gratificação de Adicional de Condutor de Viatura, símbolo - ACV, referente ao mês de agosto/2020, conforme artigo 16, incisos I e III, da Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial do Município de 11 de dezembro de 2013.

Quant	Servidor	Matrícula
1	Adriano Nascimento da Fonseca	49.991-9
2	Agrício Belchior Bandeira Neto	43.127-3
3	Aliton Andrade	62.095-5
4	Aldrin Magno Dantas Siqueira	43.080-3
5	Alex Serafim da Silva	15.231-5
6	Alexandre Magno Freitas Cosmo	61.947-7
7	Alexsandro Nascimento Barbosa	43.072-2
8	Alcineide Justo Siqueira	62.100-5
9	Aldrey Luiz Moraes da Silva	62.549-3
10	Alisson Emanuel de Oliveira Fagundes	49.995-1
11	Allan Araújo de Medeiros	43.073-1
12	Anderson Rodrigo do Nascimento	63.802-1
13	Andrea Castro Galvão	62.097-1
14	Antonio Guilherme dos Santos	14.206-9
15	Barbara Kalyana dos Santos Gomes	43.102-8
16	Carlos Eugênio Barbosa de Oliveira	00.282-8
17	Castriciano Braz dos Santos	13.593-3

PROCESSO Nº: 67 / 2019

C. M. NATAL
PROCESSO Nº 49/2019
FOLHA Nº 10

1190/2020

Projeto de Lei: 67 / 2019

Data de entrada: 8 de Abril de 2019

Autor: Ney Lopes Jr

Protocolo: 852 / 2019

Ementa: DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE NO ATENDIMENTO E/OU AGENDAMENTO DE EXAMES PARA PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM NEOPLASIA (CÂNCER), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de lei
67/2019
(Ney Lopes Jr.)

Lei 1.073/2020

Dom 16/Set/20

(Presença)

Veto

manutenção 1/2020

Despacho Inicial:

NORMA JURIDICA



CiMNa - Projeto de Lei
Número. 671/19
01

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR NEY LOPES JÚNIOR
Palácio Padre Miguelinho, Rua Jundiá, 546, Petrópolis, Natal-RN

Projeto de Lei nº 671/2019.

**DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE NO
ATENDIMENTO E/OU AGENDAMENTO
DE EXAMES PARA PESSOAS
DIAGNOSTICADAS COM NEOPLASIA
(CÂNCER).**

O Presidente da Câmara Municipal de Natal/RN, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e o Chefe do Poder Executivo Municipal sanciona a seguinte Lei:

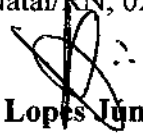
Art. 1º. Fica instituída a prioridade no atendimento de pacientes diagnosticados com neoplasia (câncer) nas unidades de saúde do Município do Natal.

Art. 2º. O atendimento e/ou agendamento de exames de pacientes, diagnosticados com a doença citada no artigo antecedente, deverão ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o encaminhamento médico.

Parágrafo Único. Os pacientes, para obterem direito ao atendimento prioritário disciplinado nesta Lei, deverão apresentar laudo médico que comprove o diagnóstico de Neoplasia.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Natal/RN, 02 de Abril de 2019.


Ney Lopes Júnior
Vereador – PSD

JUSTIFICATIVA

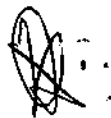
A proposição ora apresentada possui respaldo legal nos artigos 130 e 135, inciso III e parágrafo único, "a", do Regimento Interno, conjugado ao artigo 21 da Lei Orgânica do Município.

Este Projeto de Lei institui em Natal/RN a prioridade no atendimento de pessoas diagnosticadas com Câncer nas unidades de saúde do Município. A Lei consiste na obrigatoriedade das unidades de saúde do Município em priorizar o atendimento aos pacientes diagnosticados com câncer, no agendamento de consultas ou exames, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após o encaminhamento médico.

Justifica-se essa Lei pela gravidade e evolução rápida da doença, evitando que os pacientes com diagnóstico de câncer fiquem em extensas listas de espera, agilizando, assim, a marcação de consultas médicas com especialistas e os exames de diagnósticos e estadiamento. Este Projeto de Lei é uma maneira simples e eficaz de garantir celeridade ao tratamento do paciente oncológico.

Assim, solicito aos Nobres Colegas o apoio junto à proposição em apreço, visto posto que sua aprovação será um importante instrumento em combate ao Câncer.

Natal/RN, 02 de abril de 2019.



Ney Lopes Júnior

Vereador – PSD



CMNat - Projeto de Lei
Número: 67/19
Data: 03

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição (PL 67/19) na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 (quinze) dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinária, nos termos do art. 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 09 de abril de 2019.

PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, s.m.j, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de: Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização; e de Saúde, Previdência e Assistência Social. O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 09 de abril de 2019.

RENATO BRITO PONTES
Chefe da Procuradoria Legislativa
Mat 540339-1 - OAB/RN 15.629

DESPACHO

Acolho o parecer da Procuradoria Legislativa. Encaminhe-se ao Setor de Apoio às Comissões para providências.

Natal/RN, ____/____/____

Presidente da CLJRF



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMNatal - Projeto de Lei
Número: 67/19
Data: 04

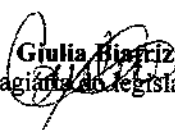
C. M. NATAL
PROCESSO Nº 491/2020
FOLHA Nº 12

PROJETO DE LEI	67/2019
AUTOR(A)	Ver. Ney Lopes Junior
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição semelhante a esta em tramitação nesta Casa Legislativa.

Natal, 11 de Abril de 2019.


Giulia Blatiz
Estagiária do Legislativo

OMNat - Projeto de Lei
Número **8+119**
Data **05**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL**

Designa o Vereador Felício Soubó

para emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias

Em, 15/04/19

Ver. Ney Lopes Junior
Presidente



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

C.M. NATAL
PROCESSO Nº 49/2020
FOLHA Nº 13

FULVIO
VEREADOR

Ref.

Projeto de Lei nº 67/2019

Interessado: Vereador Ney Lopes Jr.

Relator: Vereador Fúlvio Saulo

PARECER

CMMNet - Projeto de Lei
Número 67/19
06

I-RELATÓRIO

Constam os presentes autos de projeto de Lei nº67/2019, de autoria do Vereador Ney Lopes Jr. , que foi apresentado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em atendimento às normas regimentais que disciplinam o processo legislativo, por hora tendo como relator o vereador Fúlvio Saulo.

Conforme certificação do Setor Legislativo encadernado nos autos, foi atestado a inexistência de proposição com o mesmo teor nesta Casa Legislativa.

Coube ao presidente da Comissão de Justiça designar este Relator para fins de proferir parecer conclusivo sob as perspectivas da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e respeito ao Regimento norteador desse parlamento.

É o que interessa ao relatar.

II-ANÁLISE

A Norma proposta dispõe sobre a priorização no atendimento e/ou agendamento de exames para pessoas diagnosticadas com neoplasia (Câncer).

Previamente, faz-se inescusável afirmar que a responsabilidade do relator desta Comissão, se além apenas a averiguar os pressupostos jurídicos-legais, afastando desde qualquer expectativa que atribua valor político-social sobre o projeto. No entanto não se opunha em conceder esclarecimento ao propositor, sem que isso venha sombrear peja ao intento do Relator.

Enveredamos por criar lastro para que haja entendimento no raciocínio que propomos. É fato que a Constituição Federal definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” e a Lei Federal n. 8.080/1990, que regulamentou o SUS, prevê em seu Artigo 7º, como princípios do sistema, entre outros:

I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e dos serviços preventivos

CMNal - Projeto de Lei
Número 67/19
87

e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema; (...).

Nestes termos, fica explícito que o Brasil optou por um sistema público e universal de saúde, que deve garantir atendimento integral para todos os cidadãos, não cabendo, em nenhuma hipótese, a limitação de seus atendimentos a um “pacote” mínimo e básico de serviços de saúde, destinado à parcela mais pobre da população. Aos Municípios cabem atenção Ambulatorial de Média Complexidade. Nesse nível de atenção está incluída a maioria dos procedimentos necessários para o diagnóstico, tratamento e reabilitação, ressaltando-se o seu caráter complementar e suplementar à atenção básica.

Baseado na Política Nacional, o município do Natal estruturou esse nível de atenção através da organização em policlínicas distritais, hospitais com unidades ambulatoriais autônomas e ainda, de forma complementar, em unidades especializadas contratadas. Conforme definidos pela tabela de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA/SUS, os procedimentos de média complexidade são:

- Procedimentos especializados realizados por profissionais médicos, outros de nível superior e nível médio;
- Exames ultra-sonográficos;
- Cirurgias ambulatoriais especializadas;
- Diagnose;
- Procedimentos traumato-ortopédicos;
- Fisioterapia;
- Ações especializadas em odontologia;
- Terapias especializadas;
- Patologia clínica;
- Prótese e órteses;
- Anatomopatologia e citopatologia;
- Anestesia Radiodiagnóstico;
- Hemoterapia;

Na rede municipal, a média complexidade é realizada preferencialmente nas policlínicas distritais, seguidas dos ambulatórios públicos e em caráter complementar pela rede filantrópica e privada contratada. Servem de referência para a atenção básica, atendendo além da população de Natal, a demanda referenciada por outros municípios do Estado, conforme acordado na Programação Pactuada e Integrada – PPI. Os critérios de atendimento da demanda de referência e contra-referência para os procedimentos

CMNat - Projeto de Lei
Número 67/19
08

inclusos nesse nível de atenção devem atender as normas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Regulação.

O conceito de regulação, sob a ótica do Direito, se refere aos mecanismos destinados a eliminar as contradições eventuais e a reforçar a coerência do sistema, zelando pela observância do princípio da racionalidade gerencial. A política de regulação tem como premissa a viabilização do cuidado integral, resguardando a qualidade e a equidade na atenção à saúde, consoante com as necessidades dos usuários, sem perder de vista sua pluralidade epidemiológica, sanitária e social.

Visa principalmente, o ordenamento da capacidade de oferta dos produtores de bens e serviços de saúde, prestadores públicos e privados, orientando a atenção de forma eficiente, eficaz e efetiva, garantindo o cumprimento dos princípios constitucionais.

Natal integra o Complexo Regulador Estadual através da Central Metropolitana de Regulação. Para esclarecimento, a solicitação de exames especializados é feita pela unidade de saúde, através da central de regulação que autoriza e agenda o procedimento. Os exames realizados nos laboratórios distritais não entram na regulação.

Ainda sobre o assunto a alta complexidade é composta por um bloco de procedimentos com características especiais, utilizando capacidade tecnológica mais avançada e, por conseguinte, de maior custo.

A portaria GM/MS nº 627 de 26 de abril de 2001 define os grupos conforme elenco descrito

- Patologia clínica;
- Ressonância magnética;
- Radiodiagnóstico;
- Medicina nuclear Hemodinâmica;
- Radiologia intervencionista;
- Terapia renal substitutiva;
- Tomografia computadorizada;
- Radioterapia;
- Hemoterapia;
- Quimioterapia;
- Acompanhamento de pacientes.

Os procedimentos de alta complexidade ambulatorial ainda se encontram sob a gestão estadual, sendo o seu fluxo de operacionalização através da Central de Regulação do Estado. Para autorização desses procedimentos o paciente deve dirigir-se à Secretaria



CiVNat - Projeto de Lei
Número 67/19
09

Estadual de Saúde munido de prescrição médica, CPF, carteira de identidade, comprovante de residência, cartão SUS e outros exames complementares, caso já os tenha realizado, para os casos de atendimentos:

- Cardiovascular;
- Neurocirurgia;
- Gastroenterologia;
- Doenças do sono;
- Labiopalatais/deformações craniofaciais;
- Quimioterapia;
- Cirurgias oncológicas;
- Ortopedia;
- Radioterapia cirúrgica;
- Epilepsia;
- Implante coclear;
- Iodoterapia;
- Queimados;
- Tratamentos da Aids.

A Política Nacional de Atenção Oncológica, fundamentada na Portaria GM/MS nº 741, de 19 de dezembro de 2005, preconiza que na atenção básica deverão ser desenvolvidas ações de caráter individual e coletivo de promoção à saúde, prevenção do câncer, diagnóstico precoce e apoio à terapêutica de tumores, cuidados paliativos e ações clínicas de segmento de doenças oncológicas.

Na média complexidade deve ser prestada assistência diagnóstica e terapêutica especializada, inclusive cuidados paliativos, garantindo o processo de referência e contrareferência.

Na alta complexidade será garantido o acesso para determinar a extensão da neoplasia, tratar, cuidar e assegurar o serviço de qualidade, seguindo as rotinas e condutas estabelecidas no protocolo de oncologia. Para esse nível de atenção, a portaria, preconiza enquanto estrutura a existência de unidades assistenciais, como seguem: Unidade Assistencial de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON e Unidade hospitalar com condições técnicas e instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados a prestação da assistência especializada e alta complexidade para o diagnóstico definitivo e tratamento dos cânceres mais prevalentes. Esta unidade deve prestar atendimento obrigatoriamente nos serviços de cirurgia oncológica, oncologia clínica e pediátrica, radioterapia e hematologia. Esse serviço deverá prestar atendimento obrigatoriamente nos seguintes serviços: cirurgia oncológica, oncologia clínica, radioterapia, hematologia e oncologia pediátrica.



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

C.M. NATAL
PROCESSO Nº 49/2020
Nº 15
DIVINAT - Projeto de Lei
6+179
10

FULVIO
VEREADOR

Na ação proposta neste Projeto de Lei, nos baseamos na redação expressa, no seu artigo 1º e o parágrafo único do artigo 2º que dizem:

Art, 1º Fica instituída a prioridade no atendimento de pacientes diagnosticados com neoplasia (câncer) nas unidades de saúde do Município de Natal.

Parágrafo Único. Os pacientes, para obterem direito ao atendimento prioritário disciplinado nesta Lei, deverão apresentar laudo médico que comprove o diagnóstico de neoplasia.

Pelo exposto nessa lauda, já ficou evidenciado que a Atenção Básica e a Média Complexidade são atribuições do Município e que um paciente já munido de laudo com diagnóstico de neoplasia, já estará no nível de Alta Complexidade, responsabilidade do Estado.

Todavia, ainda que a análise de mérito do Projeto aventado, não seja múnus deste relator, não há expensas em assentir e nobilitar o seu caráter social em favor do paciente com câncer, já que a Lei Federal nº 12.008, de 29 de julho de 2009 explicita:

“O paciente de câncer poderá obter a prioridade na tramitação de processos, tanto judiciais quanto administrativos, desde que apresente prova de sua condição (laudo médico) junto à autoridade judiciária ou administrativa competente para decidir o procedimento e as providências a serem cumpridas”.

Explanado sobre o fato de que para, essa proposição tenha cumprimento no que se refere a responsabilidade Municipal, haverá de alterar-se a Norma que rege a Central de Regulação Metropolitana, sendo para tanto necessário que o proposto siga corriqueiro costumeiro nos conselhos de saúde.

No entanto resoluto de aplicar a "Teoria da Função Social do Direito", para mitigar o entendimento do Executivo e dos Conselhos, que levem em consideração que é possível resolver os conflitos entre competências, tendo por referência a função social como "princípio estruturante de todo o ordenamento jurídico". A teoria se constitui num novo método de interpretação do fenômeno jurídico, fornecendo elementos de cognição para a aplicação, efetivação e concretização dos direitos mais elementares da pessoa humana, é o alicerce da norma, o seu fundamento em essência, o refúgio em que a norma encontra sustentação. A função social do direito é o fim comum que a norma jurídica deve atender dentro de um ambiente que viabilize a paz social. O direito sempre teve uma função social. A norma jurídica é criada para reger relações jurídicas,

CMNat - Projeto de Lei
67/19
11

e nisso, a disciplina da norma deve alcançar o fim para o qual foi criada. Se ela não atinge o seu desiderato não há como disciplinar as relações jurídicas, e, portanto, não cumpre sua função, seu objeto. Deve se dizer que a função social do direito é harmonizar os direitos e garantias do homem e do cidadão, ao lado da criação de instrumentos de políticas públicas que permitam que esses direitos e garantias se efetivem no plano fático.

Para racionalizar os argumento até aqui empreendidos e legitimá-los, basta a compreensão que "Teoria da Função Social do Direito" é a base de onde se extrai o norte a ser seguido por um ordenamento. Em suma, o princípio não proíbe nem obriga, ele deixa o sistema aberto – visando um determinado estado de coisas - sem informar como se chega a esse resultado. Deixa margem para que a situação concreta demonstre o que é melhor. Ele está em consonância com o ordenamento vigente como um todo. E, sendo este alterado, seguindo uma evolução social, o seu entendimento pode levar a uma nova interpretação do princípio. E o princípio, como conceito aberto que é, consegue perpetuar a norma que dele se extrai.

Destarte na conjectura que o nobre edil propõe, não se plenifica agravo de constitucionalidade, quando postula o Projeto Legislativo, em seara onde a Lei vigente o oportuniza. Em sua integralidade, não convencionava flagrante de antijuridicidade já que a Lei Maior do Estado brasileiro e as leis infraconstitucionais são para tanto permissivas, trazendo ainda em seu bojo boa técnica de redação legislativa.

Verificada a legitimidade constitucional do proposto, e passado para o momento que analisa se o Projeto de Lei em tela, trará para o Poder Executivo obrigações ou deveres, constata-se que os óbices que por ventura inviabilizariam sua continuidade legislativa, são, por uma questão social, menores que os impactos causados pelas judicializações, oriundas da desassistência dessas pessoas.

Manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 67 de 2019.

III-VOTO

Haja vista todo o exposto **opina** este Relator pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 67/2019.

É como voto.

Sala da Comissões de abril de 2019

Vereador Fúlvio Saulo – SD

COMISSÕES TÉCNICAS
NATAL 22/04/2019

Blaviana Almeida
08:55



Câmara Municipal de Natal
A casa do povo. A sua casa.

J. M. NATAL
PROCESSO Nº 49/2019
FOLHA Nº 16

CMNatal - Projeto de Lei
Nº 067/2019
12

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Fúlvio para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa. 13, 04, 19
Natal, RN

Ver. Ney Lopes Júnior
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() PROCESSO () EMENDA

Nº 067/2019

Autor: Vereador(a) Ney Lopes Jr.

Relator: Vereador(a) Fúlvio

VOTO DO RELATOR:

Parecer Favorável

Sala das Comissões, em 22 de abril de 2019.

Vereador Ney Lopes Júnior
Presidente

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Fúlvio Mafaldo
Membro

- (x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Nina Souza
Vice-Presidente

- (x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

- (x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Suelto da Medeiros
Vereador Suelto Medeiros

Membro

- (x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- (x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Designo o Vereador André

para emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias.

Em, 06/05/19

Ver. Dinarte Torres
Presidente



Câmara Municipal de Natal
Natal, Rio Grande do Norte

**GABINETE DO VEREADOR AROLDO ALVES
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização.**

Projeto de Lei nº 0067/19

Interessado: Vereador Ney Lopes Junior

PARECER

I - RELATÓRIO

Trata-se da análise de projeto de lei nº 0067/19, visa dispor sobre A PRIORIDADE NO ATENDIMENTO E/OU AGENDAMENTO DE EXAMES PARA PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM NEOPLASIA (CÂNCER) e dar outras providencias.

A comissão de constituição e justiça emitiu parecer favorável, bem como está procuradoria legislativa opinou pelo prosseguimento deste projeto, ante a sua constitucionalidade.

É o breve relatório.

II - ANALISE

O objetivo primordial deste Projeto de Lei que visa dispor sobre A PRIORIDADE NO ATENDIMENTO E/OU AGENDAMENTO DE EXAMES PARA PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM NEOPLASIA (CÂNCER) e dar outras providencias.

É importante destacar, que o presente projeto não contraria a constituição, bem como não onera o erário.

Passando para outro ponto, sobre a competência municipal para legislar neste assunto o art. 30 da Constituição Federal, disciplina sobre aludido tema, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Ass. 14

(...)

Na realidade, o Município, ao assim legislar, apoia-se em competência material que lhe reservou a própria Constituição cuja prática autoriza essa mesma pessoa política a dispor, em sede legal, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local.

Ademais, o art. 63 do Regimento Interno desta casa Legislativa, ordena a competência para essa comissão analisar os referidos projetos que poderão gerar algum impacto orçamentário, *In verbis*:

Art. 63 – A comissão de finanças, orçamento e fiscalização tem as seguintes áreas de atividades:

**I – Aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto a sua compatibilidade com plano plurianual de investimento, a lei de diretrizes e o orçamento anual e quanto a sua adequação a eles.
(grifamos).**

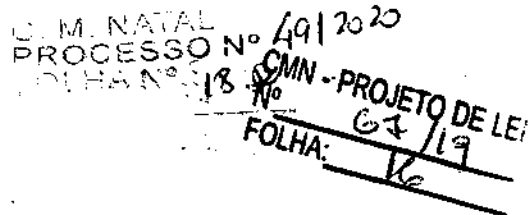
Assim, tendo em vista a constitucionalidade do referido projeto de lei e a competência desta comissão para analisar o caso, bem como a ausência de impacto financeiro para esse município, o parecer favorável é a única medida correta a ser tomada.

III - VOTO

Isto posto, após análise do mérito do Projeto de Lei nº 0067/19, concedo parecer **FAVORÁVEL**, pelo fato de o mesmo atender ao interesse público, não apresentar vícios de constitucionalidade, nem tampouco contrariar a Lei Orgânica do Município.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Natal, Palácio Padre Miguelinho, em Natal, 14 de junho de 2019.


AROLDO ALVES DA SILVA
Vereador-PSDB



Designo o(a) vereador(a) Arildo Cruz para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.

Natal, RN 06/05/19.

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Designo o Vereador Paulo Henrique
para emitir parecer no prazo regimental de 15 (quinze) dias
Em, 05/08/19


Ver. Fernando Lucena
Presidente

C. M. NATAL
PROCESSO Nº 9/2020
FOLHA Nº 19
CMN - PROJETO DE LEI
Nº 64/19
FOLHA: 18

PARECER

Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social

Processo nº **67/2019**

Interessado: **Vereador Ney Lopes Júnior**

Trata-se de Projeto de Lei nº 40/2019, de autoria do ilustre Vereador **Ney Lopes Júnior**, "*dispõe sobre a prioridade no atendimento e/ou agendamento de exames para pessoas diagnosticadas com neoplasia (câncer), e dá outras providências*". Não encontrando objeção na legislação e estando dentro da legalidade e constitucionalidade, **opino favoravelmente** ao projeto.

Natal, 07 de Agosto de 2019.



PRETO AQUINO

Vereador - PATRIOTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMNat - Projeto de Lei
Número 64/19
19

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Preto Aquino para nos termos do artigo 65 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.
Natal, RN 05/08/19.

Ver. Fernando Lucena
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº 64/19.

Autor: Vereador(a) Ney Lopes Jr.

Relator: Vereador(a) Preto Aquino

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL

Sala das Comissões, em 14 de Outubro de 2019.

Vereador Fernando Lucena
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Cícero Martins
Vice-Presidente

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Carla Dickson
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Franklin Capistrano
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.


Projeto de Lei nº 67/2019

Interessado(a): Ver. Ney Lopes Jr.

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu fim de Trâmite estando apto ao Plenário.

Natal, 15 de outubro de 2019.


Christiane Silva Potter
Assessor Técnico
Mat. 5413710



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei *67/19*
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão
☐ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício

- ☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 06 de Ago de 2020.


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei 67/2019 | <input type="checkbox"/> Projeto de Emenda à Lei Orgânica |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Lei Complementar | <input type="checkbox"/> Processo |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução | <input type="checkbox"/> Emenda |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Decreto Legislativo | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

Resultado da Votação:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Aprovado em 1ª Discussão | <input type="checkbox"/> Aprovado o Parecer da CCJ |
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado em 2ª Discussão | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Votação Única | <input type="checkbox"/> Mantido o Veto |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Veto |
| | <input type="checkbox"/> Retirado <input type="checkbox"/> Adiado <input type="checkbox"/> Prejudicado |

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 11 de Agosto de 2020.


Presidente

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL
DESIGNO O VEREADOR (A) SUELDO MEDEIROS**

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE)

**DÍAS
INICIANDO EM, 28 / 09 / 2020**

**VER^a. NINA SOUZA
PRESIDENTE**